

CONIC SEMESP

15º Congresso Nacional de Iniciação Científica

TÍTULO: A POLÍTICA MONETÁRIA E O REGIME DE METAS DE INFLAÇÃO NO BRASIL

CATEGORIA: EM ANDAMENTO

ÁREA: CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

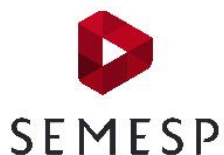
SUBÁREA: CIÊNCIAS ECONÔMICAS

INSTITUIÇÃO: CENTRO UNIVERSITÁRIO DAS FACULDADES METROPOLITANAS UNIDAS

AUTOR(ES): PATRICIA CORREA SEGALA

ORIENTADOR(ES): FERNANDO HENRIQUE TAQUES

Realização:



Apoio:



Resumo

A literatura traz um cenário em que os agentes possuem as informações disponíveis e por essa razão agem de forma preventiva diante das ações do governo. Este, por sua vez, ao adotar políticas monetárias de surpresa, cria um ambiente inseguro para o público e, por consequência, gera viés inflacionário crônico. Com vistas a conter a inflação, deflagra-se o processo de regime de metas. Isto posto, o objetivo desse trabalho consiste em analisar a eficácia do regime de metas de inflação e seu reflexo sobre a política monetária do Brasil. A metodologia consiste em modelo econométrico de séries temporais contendo a taxa de juros e câmbio, produto interno bruto e nível de preços, cuja fonte é o Banco Central do Brasil, além dos dados de desemprego, disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, no período entre 1980 e 2013. Como resultado, é esperado que a inflação permaneça na condição previamente calculada.

Introdução

John Muth (1961 *apud* CARDIM *et al*, 2007, p. 127) argumenta que os agentes maximizam as informações sobre as decisões do governo, dessa forma são chamados de expectativas e/ou agentes racionais. Como não há diferenciação na informação, as expectativas são dadas como homogêneas, somente se pode considerar a expectativa como racional, se forem construídas a base de probabilidades e não pelos fatos ocorridos no presente ou no passado, pois em um quadro que se prevê um evento com acontecimentos que refletem a realidade, as informações não são totalmente expostas e não se podem considerar homogêneas.

Segundo Lucas (1976 *apud* CARDIM *et al*, 2007, p. 127 -128) faz total sentido que não se formem opiniões apenas com o olhar para o passado (*back-ward-looking*). Assim, quando há um aumento da oferta monetária anunciada pelo governo, ou seja, quando os preços e salários se elevam, os agentes que são racionais, reagem aumentando os preços e salários da economia, tornando a decisão do governo ineficaz, no que tange a alteração de variáveis reais, como por exemplo, nível de produto e emprego (CARDIM *et al*, 2007, p. 124-126).

De acordo com Sargent e Wallace (1981 *apud* CARDIM *et al*, 2007, p. 128-129), diante de um quadro de decisões racionais onde as políticas monetárias não afetam variáveis reais, é necessário que o governo implemente políticas de surpresa, pois somente dessa forma é possível atingir e alterar o nível de produto e emprego e isso se dá pela expansão monetária. Segundo a economia novo-clássica, o governo deve apenas praticar políticas monetárias pautadas por regras conhecidas, pois assim afeta as variáveis reais da economia. Caso haja incentivos às políticas de surpresa, criará um ambiente inseguro para os agentes (CARDIM *et al*, 2007, p. 128-129)

Kydland e Prescott (1994, *apud* SICSÚ, 2002 p. 24) demonstram que a política monetária é capaz de aumentar a liquidez da economia e embora consiga conquistar o crescimento econômico, os resultados são passageiros. Então, a política monetária não é um instrumento apropriado para apoio do crescimento econômico no longo prazo devido ao efeito inflacionário. Em contrapartida, a visão de Keynes (1920, *apud* SICSÚ, 2002 p. 25), defende que a redução de taxa de juros causa impacto no investimento financeiro por não ser tão atrativa, assim, devido ao custo de oportunidade, a decisão dos investidores estimula a alocação de recursos na indústria e com isso há geração de crescimento econômico.

Se um objetivo de política econômica é crível, isto significa que o mercado acredita que pode ser alcançado. Então, uma meta de inflação para um determinado período é plenamente crível se é igual à expectativa de inflação do mercado para o mesmo período, sendo o contrário verdadeiro: se a expectativa de inflação do mercado está bastante distante da meta de inflação do banco central, isto significa que tal objetivo de política econômica carece de credibilidade. (SICSÚ, 2002, *apud* MENDONÇA, 2004 p. 347)

A questão central é eliminar as possibilidades de políticas inconsistentes e estabelecer metas de inflação que serão perseguidas por gestores macroeconômicos. Assim, em um ambiente com regime de metas o objetivo único é a manutenção inflacionária dentro da banda estabelecida (CARDIM, *et al*, 2007 p. 139- 140).

O mecanismo deste regime adota aspectos operacionais necessários e que são dependentes das decisões das autoridades econômicas em cada país, o *trade off* pode ser uma meta pontual e/ou uma banda, a meta pontual se destaca pela fácil

compreensão da população, por outro lado a banda se aliada a meta, deve definir intervalos de confiança que permitem uma flexibilidade maior à política monetária, dada a ocorrência de choques externos que causa impactos sobre a inflação. Porém, quanto maior for seu intervalo de confiança, maior descrença por parte do público nas autoridades monetárias, que aumentaria as dificuldades do Banco Central em manter uma baixa inflação (CARDIM *et al*, 2007, p. 140 – 141).

O sistema de metas foi constituído na década de 90 devido ao fracasso do regime de expansão monetária e a ineficiência em afetar as variáveis reais de forma duradoura. Então, desse ponto de vista considera-se a credibilidade da política monetária importante, aliada a reputação do Banco Central, pois é através delas que o público se orienta e capta informações sobre as decisões tomadas pela política monetária (CARDIM, *et al*, 2007 p. 139- 140).

Outro aspecto relevante é a escolha do período de tempo que a meta deverá ser alcançada, onde ocorre um novo *trade off* entre credibilidade e flexibilidade. Quando o período para se alcançar a meta for mais curto, há um aumento do compromisso da autoridade monetária, que eleva a credibilidade. Um período de tempo mais longo acomoda mais os choques e permite maior flexibilidade e por essa razão a política monetária é menos agressiva (CARDIM, *et al*, 2007, p. 140 – 141).

Segundo Sicsú (2002), busca-se evidenciar a capacidade de influência sobre as expectativas de inflação do mercado desde a implantação do regime de metas. Logo, o regime é um importante instrumento para acompanhar as políticas adotadas pelo Banco Central e a eficácia da condução da política monetária para o cumprimento das metas inflacionárias. Além disso, atua como parâmetro para identificar se o nível de preços está no patamar estabelecido para a inflação no país, ferramenta essa que reflete diretamente na condução da política monetária adotada pelo governo.

Objetivo Geral

Analisar a implantação e resultados do regime de metas de inflação no Brasil nos anos de 1980 a 2013 e os reflexos na condução da política monetária do país.

Metodologia

A estratégia metodológica parte de revisões bibliográficas que abordam sobre a economia monetária e seus instrumentos, que o arcabouço teórico da pesquisa. A análise empírica consiste em modelagem econométrica de séries de tempo contendo a série de dados do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), taxas de juros definidas pelo COPOM (Comitê de Política Monetária), Produto Interno Bruto (PIB), taxa de câmbio (PTAX), disponíveis no Banco Central do Brasil (BACEN), além do nível de desemprego, calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Os dados compreendem o período de 1980 até 2013.

Justificativa

A partir da existência do viés inflacionário que é capaz de alterar o poder de compra da população, afetar os níveis de preço, produto e desemprego, o governo pode adotar um regime de metas de inflação com instrumentos que busquem a manutenção da inflação em patamares previamente definidos. Portanto, a sua importância se justifica na condução de políticas monetárias, que refletirão sobre as variáveis reais econômicas.

Referências Bibliográficas

CARDIM, F.; SOUSA F.; SICSÚ J.; DE PAULA, L.; STUDARD, R. **Economia Monetária e Financeira- Teoria e Política**. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

JOHN MUTH. **Economia Monetária e Financeira- Teoria e Política**. p.127, 2 ed. Rio de Janeiro: Elsevier 2007.

KEYNES J. Teoria e Evidências do Regime de Metas Inflacionárias. **Revista de Economia Política**, São Paulo, V. 22, 2002, p. 25

KIDLAND E PRESCOTT. Teoria e Evidências do Regime de Metas Inflacionárias. **Revista de Economia Política**, São Paulo, V.22, N. 1 (85) Jan- Mar 2002 p. 24-25.

LACERDA, A.; BOCCHI, J.; REGO, J.; BORGES, M.; MARQUES, R. **Economia Brasileira**. 5. Ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

LUCAS R. **Economia Monetária e Financeira- Teoria e Política**. p 127-128, 2 ed. Rio de Janeiro: Elsevier 2007

MENDONÇA, H. Mensurando a Credibilidade do Regime de Metas Inflacionárias no Brasil. **Revista de Economia Política**, São Paulo, V. 24. N.3 (95), Jul-Set 2004. p. 344-350.

SARGENT; WALLACE. **Economia Monetária e Financeira – Teoria e Política**. p. 128-129, 2 ed. Rio de Janeiro: Elsevier 2007

SICSÚ, J.; Expectativas inflacionárias no regime de metas de inflação: uma análise preliminar do caso brasileiro. **Economia Aplicada**, São Paulo, V.6, N4, Julho 2002. p. 704-711

SICSÚ, J. Teoria e Evidências do Regime de Metas Inflacionárias. **Revista de Economia Política**, São Paulo, V. 22, N. 1(85) Janeiro- Março 2002 p. 23 -33